

Alta mortandade de corais no Nordeste em 2024

Maragogi, Natal e Salvador são os locais mais afetados da região

O balanço anual de 2024 do projeto Coral Vivo, aponta para uma grave preocupação com os efeitos da forte onda de calor associada ao fenômeno El Niño, que afetou os recifes de corais no Brasil. O relatório revela que os recifes sofreram o segundo grande episódio de branqueamento, o que resultou em uma intensa mortalidade de corais.

A região mais afetada foi a porção norte da região Nordeste, com destaque para os litorais de cidades como Maragogi (AL), Natal e Salvador.

De acordo com o levantamento, a onda de calor foi menos intensa e duradoura no Sudeste e no sul da Bahia, o que gerou uma baixa mortalidade nesses locais, onde estão localizados os maiores e mais diversos recifes de coral do Brasil. Contudo, os pesquisadores destacam que as duas espécies mais atingidas pelo primeiro grande episódio de branqueamento, ocorrido em 2019, foram novamente as mais afetadas em 2024. São elas o coral-de-fogo (*Millepora alcicornis*) e o coral-vela (*Mussismilia harttii*), este último uma espécie ameaçada de extinção, encontrada exclu-



Banco de corais de cadeia submersa do Norte do Brasil mostram branqueamento

sivamente em águas brasileiras.

O branqueamento dos corais é um processo que ocorre quando os pólipos expõem as zooxantelas, organismos que vivem dentro de seus tecidos e são responsáveis pela pigmentação. Esse fenômeno é geralmente provocado por um aumento na temperatura da água. A expulsão das zooxantelas não só causa a perda de cor, mas pode levar à morte dos corais. O relatório aponta que as investiga-

ções aprofundadas reforçam a necessidade de políticas públicas e áreas de conservação para a proteção dos ecossistemas de corais no Brasil, com foco especial no litoral sul da Bahia.

O projeto Coral Vivo, que surgiu em 1996 no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem se consolidado como um centro de pesquisa nacional e internacional, com foco na compreensão dos ciclos de vida dos corais.

Os pesquisadores alertam que a morte de corais traz consequências devastadoras para a biodiversidade e a economia, pois os recifes desempenham um papel crucial na proteção das praias contra a erosão, fornecem abrigo, alimento e áreas de reprodução para milhares de espécies e sustentam atividades econômicas como a pesca e o turismo, fundamentais para várias comunidades costeiras.

Defesa Civil alerta para chuvas no Piauí

O Centro de Gerenciamento de Risco da Secretaria da Defesa Civil (Sedec), com dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), emitiu um alerta para chuvas intensas no Piauí.

O alerta laranja, que estará vigente até hoje (7), às 10h, indica chuvas entre 30 e 60 mm/h ou 50 e 100 mm/dia, além de ventos fortes, variando de 60 a 100 km/h. O alerta para riscos

como corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e descargas elétricas.

De acordo com o diretor de Prevenção e Mitigação da Defesa Civil, Werton Costa, o fenômeno climático que afeta a região está relacionado às Zonas de Convergência do Atlântico Sul, que afetarão todos os municípios nas fronteiras com os estados do Ceará, Bahia e Pernambuco.

Costa explicou que dois sistemas atmosféricos que influenciam o clima regional estão se aproximando.

“Pelo norte, teremos um pulso da Zona de Convergência Intertropical, o maior sistema promotor de chuvas do Nordeste, o que pode causar instabilidades na faixa norte. Ao sul, um sistema frontal ligado à Zona de Convergência do Atlântico Sul afetará os mu-

nicipios limítrofes”, explicou o meteorologista.

Ele também destacou que o município de Picos, que recentemente enfrentou chuvas fortes e alagamentos, tem grande probabilidade de ser afetado por chuvas intensas nos próximos dias. Por isso, a Defesa Civil elevou o alerta para o nível laranja na região, indicando a necessidade de atenção redobrada.

CORREIO OPINIÃO



Brasil deveria discutir ter parlamentarismo

Parlamentarismo Envergonhado

Por Márcio Coimbra*

O Brasil que Lula encontrou ao chegar ao Planalto em 2023 é muito diferente daquele país visto do terceiro andar do Planalto em 2003. Mais do que isso, a relação do governo com o parlamento mudou consideravelmente. O Congresso Nacional acumulou poderes que mudaram de forma profunda o equilíbrio de forças dentro da política, tornando a tarefa de governar algo muito diferente de duas décadas atrás.

Ao longo dos anos, o Congresso Nacional se apropriou do orçamento federal, criando uma espécie de independência em relação ao governo. Se no passado os parlamentares dependiam dos ministros para liberação de emendas, o jogo havia mudado. Agora, nesta nova configuração, os congressistas possuem parcelas significativas das verbas federais em suas mãos, dependendo única e exclusivamente de seu relacionamento legislativo e especialmente um bom trânsito com os comandantes da Câmara e Senado.

Esta mudança atingiu a dinâmica do presidencialismo de coalizão em sua essência, ou seja, a barganha entre parlamentares e governo. A troca de emendas por apoio perdeu seu apelo, algo que tornou os congressistas mais independentes e autônomos. O Presidente da Câmara, até então líder dos parlamentares, agora divide poder com o Planalto, como uma espécie de Primeiro-Ministro informal, controlando o destino de recursos e agenda de votações.

Fato é que o Brasil caminhou, desde a gestão de Eduardo Cunha, a passos largos na direção de um modelo que flertava claramente com uma espécie de parlamentarismo, consolidando-se neste caminho na gestão Rodrigo Maia e aprofundando de forma definitiva este processo nos anos de Arthur Lira no comando da Câmara dos Deputados. Se no início era o orçamento impositivo, depois surgiram as emendas de relator, as famosas RP9 e finalmente a consolidação do poder nas mãos dos par-

lamentares. O resultado foi a menor taxa de renovação da história do Congresso em 2022.

Na verdade, ao fim e ao cabo, as mudanças realizadas pelo Congresso Nacional desde 2015 sepultaram aos poucos o Presidencialismo de Coalizão, tornando o Brasil um país que possui um sistema presidencialista apenas em sentido formal. Isto significa que na prática, atualmente, vivemos um semipresidencialismo, onde o presidente partilha o Poder Executivo com um primeiro-ministro e um conselho de ministros, sendo os dois últimos responsáveis perante o Poder Legislativo.

A distorção gerada por este sistema criou uma espécie de Chefe de Governo no comando da Câmara dos Deputados que não possui qualquer responsabilidade sobre as ações ou resultados de gestão governamental. Do outro lado, sem mecanismos reais de poder, acabamos com governos fracos, sem força de negociação, responsáveis em última instância pelos resultados da administração.

Diante da manutenção deste modelo, talvez seja momento de discutirmos a introdução real de um sistema parlamentar, deixando com o Congresso Nacional, além do seu poder tradicional, a responsabilidade de arcar com os desgastes de governar, afinal de contas, em 1988 o legislador optou por um texto constitucional parlamentarista. Se não for este o caminho, seria prudente restabelecer o presidencialismo tal qual decidido de forma soberana pela população no plebiscito de 1993. Hoje, divididos entre dois sistemas, vivemos uma espécie de parlamentarismo envergonhado que atrasa os rumos do país.

*CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Cientista Político, mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ